SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Recurso Extraordinário 364.317-7 Rio Grande do Sul

Relator: Min. Carlos Velloso
Recorrente(s): Amélia Carolina Chaves e Outro(a/s)
Advogado(a/s): Eryka Farias de Negri e Outro(a/s)
Recorrido(a/s): União
Advogado(a/s): Advogado-Geral da União

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO. Lei 7.923/89. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIO-X.

I. — Gratificação incorporada aos proventos, por força de lei. Sua redução numa posterior majoração de vencimentos e proventos, sem prejuízo para o servidor, que teve aumentada a sua remuneração. Inexistência de direito adquirido, na forma da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

II. — Ressalva do ponto de vista pessoal do relator deste.

III. — R.E. conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

Brasília, 21 de outubro de 2003.

Carlos Velloso — Presidente E Relator

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: — O acórdão recorrido, em ação ordinária, proferido pela 3ª Turma do Eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, está assim ementado:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO. LEI 7.923/89. ALTERAÇÃO DOS PORCENTUAIS DAS GRATIFICAÇÕES DE RAIO X. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE

OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS E AO DIREITO ADQUIRIDO.

A Jurisprudência do STF é no sentido de que o servidor público tem direito adquirido ao *quantum* remuneratório, mas não ao regime jurídico de composição dos vencimentos. A Lei n 7.923 alterou a sistemática de base de cálculo da Gratificação de Raio X, sem que com isso tenha violado o direito adquirido e o princípio da irredutibilidade de vencimentos, uma vez que não houve alteração no valor global dos vencimentos, mas ao contrário, os aumentou. *Apelação improvida*" (fl. 123).

Daí o RE, interposto por AMÉLIA CAROLINA CHAVES E OUTROS, fundado no art. 102, III/ *a*, da Constituição Federal, sustentando, em síntese, ofensa aos arts. 5º, XXXVI; e 37, XV, da mesma Carta.

Alegam, em síntese, o seguinte:

a) não se postula direito adquirido a regime jurídico; na verdade, aduz-se que a nova lei, que reduziu o percentual da Gratificação por Trabalho com Raio X, só deve alcançar situações futuras, não aquelas, como o caso dos autos, já consolidadas;

b) o S.T.J., nos julgamentos do AI 30.711-AgR e do MS 1.383, manifestou-se no sentido do direito adquirido dos inativos à não-redução do percentual da Gratificação por Trabalho com Raio X;

c) é ainda mais evidente a violação ao direito adquirido dos autores que se aposentaram antes da entrada em vigor da Lei 7.923/89, sendo certo que, quanto a esses recorrentes, tem aplicação a Súmula 359 desta Corte;

d) a incorporação, promovida pelo art. 2º, § 2º, da Lei 7.923/89, à remuneração dos servidores das gratificações, abonos, adicionais e indenizações nada significou face à diminuição do percentual da gratificação discutida nestes autos, "(...) pois se a real intenção do legislador, ao editar o citado diploma legal, era o de elevar a faixa de vencimentos dos servidores, ao rebaixar índices percentuais de cálculo de gratificações e outras vantagens, acabou desvirtuando-se dessa finalidade, chegando mesmo a afrontar, mesmo que

pela via indireta, o princípio da irredutibilidade remuneratória" (fl. 160).

Em 08.05.2003, *conheci do recurso extraordinário e dei-lhe provimento*, ao entendimento de que a aposentadoria deve reger-se pela lei vigente no momento em que o servidor implementou as condições legais para a sua concessão. Dessa decisão foi interposto *agravo regimental*, sustentado-se, em síntese, que *não há falar em ofensa ao art. 5, XXXVI, da Constituição*, dado que a verificação da suposta violação ao direito adquirido demandaria prévio exame da legislação infraconstitucional, Leis 8.112/90, 7.923/89, 1.234/50, e, notadamente, da Lei de Introdução ao Código Civil, art. 6, § 2º, a qual estabelece os limites conceituais do direito adquirido, o que impossibilita o conhecimento do presente RE, uma vez que a suscitada ofensa, acaso existente, seria apenas reflexa;

Em 27.08.2003, reportando-me à decisão que proferi no RE 293.606-AgR/RS, *reconsiderarei a decisão agravada para submeter o presente RE ao julgamento da Turma*.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator): O acórdão recorrido, do TRF/4º Região, decidiu:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. LEI 7.923/89. ALTERAÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS GRATIFICAÇÕES DE RAIOS X. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS E AO DIREITO ADQUIRIDO.

A jurisprudência do STF é no sentido de que o servidor público tem direito adquirido ao 'quantum' remuneratório, mas não ao regime jurídico de composição dos vencimentos. A Lei nº 7.923 alterou a sistemática de base de cálculo da Gratificação de Raio X, sem que com isso tenha violado o direito adquirido e o princípio da irredutibilidade de vencimentos, uma vez que não houve alteração no valor global dos vencimentos, mas ao contrário, os aumentou. Apelação improvida." (fl. 123).

Em caso igual, RE 293.606/RS, proferi o seguinte voto:

“Leio no acórdão do Tribunal a quo:

“(…)

A lei 7. 923/89, em seu art. 2º, parágrafos 2º e 3º, IV, estabeleceu nova remuneração aos servidores públicos ativos e inativos, dispostas nos Anexos I a XIX da mesma lei, bem como estabeleceu que tais remunerações absorveriam as gratificações, auxílios, abonos, adicionais, indenizações e quaisquer outras retribuições que estiverem sendo percebidas pelos servidores. A Gratificação por Trabalho com Raio-X ou substâncias radioativas não seria Incorporada pelas remunerações, sendo alterada para o percentual de 10% sobre os vencimentos.

A meu ver, a pretensão do autor é desprovida de razão, pois tal redução, não trouxe prejuízos, já que quando da aplicação do percentual de 40%, os vencimentos eram menores do que os dispostos pela Lei 7.923/89, a qual proporcionou a incorporação de diversas vantagens aos servidores.

(…)” (fl. 89).

A redução do percentual da gratificação, portanto, não implicou diminuição da remuneração do servidor. É dizer, a redução não trouxe prejuízo para o servidor-recorrido.

Em caso assim, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não tem o servidor direito adquirido ao percentual antigo. Não o penso desta forma. Na hipótese sob julgamento, o meu entendimento é no sentido da ocorrência de direito adquirido ao percentual antigo. Todavia, diante da jurisprudência do Supremo Tribunal, Iterativa e firme, a ela ajustei-me, com a ressalva do meu ponto de vista a respeito.

No julgamento do RE 134. 502/SP, por mim relatado, decidi esta Turma:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO.

I. — Gratificação incorporada aos proventos, por força de lei. Sua extinção, por ter sido absorvida numa posterior majoração de vencimentos e de proventos. Inexistência de direito adquirido, na forma da jurisprudência

do STF. Ressalva do ponto de vista pessoal do relator em sentido contrário.

II. — R.E. não conhecido.’ (‘D.J.’ de 07.8.92).

Destaco do voto que proferi quando do citado julgamento:

Segundo o meu entendimento pessoal a respeito do tema, o recorrente tem razão. No caso, ao que penso, a lei nova não poderia extinguir a gratificação já incorporada ao patrimônio do recorrente. Implica a extinção, pois, ofensa ao princípio do direito adquirido que, ordem jurídica brasileira — o que não acontece, por exemplo, na Itália e na França, daí o florescimento da teoria estatutária com as restrições ao direito adquirido — tem ‘status’ constitucional.

Mas a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não agasalha a pretensão em debate.

No RE nº 99.955/RN, Relator o Sr. Ministro CARLOS MADEIRA, decidiu esta Turma:

‘Funcionalismo. Proventos de aposentadoria. Se a lei extingue vantagem ou gratificação que serviu de base ao cálculo de proventos do funcionário aposentado, sem redução dos mesmos, não há ofensa a direito adquirido, uma vez que a garantia constitucional não abrange o regime jurídico.

Inaplicável o § 1º do art. 177 da Constituição de 1967 a funcionário aposentado anteriormente’, (RTJ 116/1065)

O voto do eminente Ministro Madeira, Relator, é esclarecedor:

‘O impetrante foi aposentado no cargo de Procurador de Justiça do Estado, por ato de 23 de março de 1966, tendo incorporado a gratificação de nível universitário, criada pela Lei nº 2.963, de 20.11.66. Entretanto, ao ser apostilado seu título de aposentadoria, em cumprimento ao art. 7º da Lei Complementar, não mais constou essa gratificação.

Tal procedimento configuraria violação a direito líquido e certo, e afrontaria o § 1º do art. 177 da Constituição de 1967, sob cuja égide foi aposentado.

Não ocorre a contrariedade à norma transitória da Carta de 1967, nem a decisão mal-fere a garantia do direito adquirido.

É remançosa e firme a jurisprudência da Corte no sentido de que não há violação a

direito adquirido, se a lei nova concede aumento que compensa a extinção de gratificações. Assim, nos RREE 76.345, Relator o Ministro Djaci Falcão, (DJU 19.6.73), 81.287/RS, Relator o Ministro Cordeiro Guerra (RTJ 76/276) e 92.511/SC, Relator o Ministro Moreira Alves. Disse o Relator na ementa deste último acórdão:

'O aposentado tem direito ao 'quantum' de seus proventos calculado com base na legislação vigente ao tempo da aposentadoria, mas não aos critérios legais com base em que esse 'quantum' foi estabelecido, pois não há direito adquirido a regime jurídico.'

O Ministro Cordeiro Guerra explicitou então seu voto, aduzindo que:

'O funcionário aposentado tem direito ao 'quantum' da aposentadoria, calculado de acordo com leis do momento da aposentadoria; mas não tem direito adquirido à persistência do sistema aplicado na sua aposentadoria.'

Entende-se, assim que a base de cálculo dos proventos da aposentadoria, pode compreender as vantagens e gratificações que as leis do tempo considerem incorporáveis. Se lei posterior extingue a vantagem ou a gratificação, mas mantém íntegros os proventos, não há violação a direito adquirido.'

No AI 82.583-AgR/RJ, Relator o Sr. Ministro Moreira Alves, outro não foi o entendimento da Corte:

'Reclassificação posterior à aposentadoria. Alegação de direito adquirido quanto a gratificação semestral.

— Inexistência, no caso, de direito adquirido, e, portanto, de ofensa ao § 3º do artigo 153 da Constituição Federal, uma vez que houve absorção da vantagem nos proventos majorados pela reclassificação.

Agravo regimental a que se nega provimento.' (RTJ 103/1056)

No RE nº 92.511/SC, Relator o Sr. Ministro Moreira Alves, a Corte reiterou o entendimento:

'Proventos. Lei 4.142, de 08.02.1968, do Estado de Santa Catarina. Incorporação de gratificação especial de risco de vida. Alegação de direito adquirido.

— O aposentado tem direito adquirido ao 'quantum' de seus proventos calculado com

base na legislação vigente ao tempo da aposentadoria, mas não aos critérios legais com base em que esse 'quantum' foi estabelecido, pois não há direito adquirido a regime jurídico.

Recurso extraordinário conhecido e provido.' (RTJ 99/1267).

Idem; idem, no RE 105.653/RJ, Relator o Sr. Ministro Aldir Passarinho (RTJ 119/1227).

(...)

Recentemente, ao despachar o RE 356.482/MS, escrevi:

'(...)

No caso, a alteração do percentual da gratificação de regência de classe não implicou redução dos proventos, tendo ocorrido, informa o recorrente, aumento de 23% sobre o vencimento-base.

No julgamento do RMS 21.599/DF, por mim relatado, decidiu o Supremo Tribunal Federal:

'EMENTA:

CONSTITUCIONAL.

ADMINISTRATIVO. MILITAR. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO.

I. — Gratificação Incorporada aos proventos, por força de lei. Sua redução ou extinção, por ter sido absorvida numa posterior majoração de vencimentos e de proventos. Inexistência de direito adquirido, na forma da jurisprudência do STF.

II. — Ressalva do ponto de vista pessoal do relator em sentido contrário.

III. — Recurso ordinário Improvido.' ('D.J.' de 04.2.94).

No voto que então proferi, aduzi:

Em caso semelhante, RE nº 134.502/SP, por mim relatado, decidiu esta Turma:

'EMENTA:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO.

I — Gratificação Incorporada aos proventos, por força de lei. Sua extinção, por ter sido

absorvida numa posterior majoração de vencimentos e de proventos.

Inexistência de direito adquirido, na forma da jurisprudência do STF. Ressalva do ponto de vista pessoal do relator em sentido contrário.

II. — R.E. não conhecido.'

No meu voto, registrei o meu entendimento pessoal a respeito do tema, no sentido de que, em casos como este, a lei nova não poderia extinguir a gratificação já incorporada ao patrimônio do servidor, pelo que implicaria a extinção ofensa ao princípio do direito adquirido que, na ordem jurídica brasileira — o que não acontece, por exemplo, na Itália e na França, daí o florescimento da teoria estatutária com as restrições ao direito adquirido — tem 'status' constitucional.

Mas a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esclareci, não é no sentido do meu entendimento, vale dizer, não agasalha a pretensão em debate: RREE ns 99.955/RN, Relator o Sr. Ministro Carlos Madeira, 76.345, Relator o Sr. Ministro Djaci Falcão ('D.J.' de 19.06.73), 81.287/RS, Relator o Sr. Ministro Cordeiro Guerra (RTJ 76/276), 92.511/SC, Relator o Sr. Ministro Moreira Alves (RTJ 99/1267) e 105. 653/RJ, Relator o Sr. Ministro Aldir Passarinho (RTJ 119/1227).

Também no RE 106.585/SP, Relator o Sr. Ministro Djaci Falcão, decidiu esta Turma:

'EMENTA:

Proventos de Oficial da Polícia Militar. Majoração de proventos e absorção de vantagens. Lei Complementar Estadual nº 255/01. Inexistência de direito adquirido. R.E. provido, para restabelecer a sentença de primeiro grau.' ('D.J.' de 11.10.85).

No mesmo sentido: RE nº 137.777-1/CE, Relator o Sr. Ministro Octávio Gallotti ('D.J.' de 12.12.91).

Do exposto, com ressalva do meu ponto de vista pessoal a respeito do tema nego provimento ao recurso.

(...)' ('D.J.' de 04.02.94).

No RE 208.040/ES, Relator o Ministro Octávio Gallotti, decidiu o Supremo Tribunal:

'EMENTA:

GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA.

Não há que falar em direito adquirido quando a Lei 4.032/87 do Espírito Santo, ao instituir nova gratificação, incorporou aos vencimentos e proventos dos autores o valor da antiga, sem que viesse a ocorrer diminuição salarial.

Recurso extraordinário conhecido e provido.' ('D.J.' de 14.8.1998).

No mesmo sentido: RE 178.802/RS, Min. Maurício Corrêa, 'D.J.' de 19.4.96; RE 193.952/ES, Min. Ilmar Galvão, 'D. J.' de 19.9.97; RE 183.700/PR, Min. Ilmar Galvão, 'D. J.' de 06.12.96. Neste, ficou assim emendado o acórdão:

'EMENTA:

ADMINISTRATIVO. LEI QUE REDUZIU GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL, SEM PREJUÍZO REMUNERATÓRIO PARA OS SEUS BENEFICIÁRIOS. PRETENDIDA OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.

Garantia que protege os vencimentos, em seu montante, não assegurando a manutenção dos percentuais com que, para a sua formação, concorrerem as parcelas que os compõem.

Orientação assentada pela jurisprudência do STF.

Acórdão que, no caso, dela discrepou.

Recurso extraordinário conhecido e provido.' ('D.J.' de 06.12.96).

Também no RE 221.652/ES, por mim relatado, outro não foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Finalmente, em caso igual a este, RE 368.975/MS, a eminente Ministra Ellen Grade, em decisão amplamente fundamentada, com fundamento no art. 557, § 1º-A, CPC, conheceu do recurso e deu-lhe provimento, conforme mencionado no parecer da Procuradoria-Geral da República. A decisão está publicada no 'D. J.' de 20.02.2003.

Do exposto, forte no disposto no art. 557, § 1º-A, CPC, conheço do recurso e dou-lhe provimento.

(...)'

Também aqui há igual, o RE 293.578/PR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, cujo acórdão porta a seguinte ementa:

**'EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIOS-X. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE 40% PARA 10%. LEI N 7.923/89. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCI-
MENTOS.**

Não tendo o servidor público direito adquirido à permanência de determinado regime jurídico atinente à composição de seus vencimentos ou proventos, revela-se legítima a

redução, por ato legislativo, da gratificação por ele percebida, desde que não haja decesso no total de sua remuneração.

Recurso extraordinário conhecido e provido.' (fl. 151).

Do exposto, com a ressalva do meu entendimento pessoal a respeito da matéria conhecida do recurso e dou-lhe provimento, invertidos os ônus da sucumbência."

Reporto-me ao voto acima transcrito e, também aqui, com a ressalva do meu entendimento pessoal a respeito do tema, conheço do RE e nego-lhe provimento.